



Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação e tecnologias [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-271-5

DOI 10.22533/at.ed.715191704

1. Educação. 2. Inovações educacionais. 3. Tecnologia educacional. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda".

-Paulo Freire

A obra "Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas" traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

Diante de um mundo de transformações rápidas e constantes, no qual os conhecimentos se tornam cada vez mais provisórios, pressupõe-se a necessidade de um investimento constante na formação ao longo da vida.

As tecnologias estão reordenando e reestruturando a forma de se produzir e disseminar o conhecimento, as relações sociais e econômicas, a noção de tempo e espaço, modos de ser, pensar e estar no mundo, até a capacidade de aprender para estar em permanente sintonia com a velocidade das constantes transformações tecnológicas que, na verdade, tornou-se um bem maior nesta nova era.

Os saberes adquiridos nas formações iniciais já não dão mais suporte para que pessoas exerçam a sua profissão ao longo dos anos com a devida qualidade, como acontecia até há pouco tempo, conforme explica Lévy (2010, p.157): "pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas no início do seu percurso profissional, estarão obsoletas no fim da sua carreira".

As iniciativas de formação têm aumentado no Brasil, como também as propostas de educação que envolvem as tecnologias, sendo esta uma de suas inúmeras possibilidades, a atualização de conhecimentos atrelada ao exercício profissional.

Lévy assinala que, "por intermédio de mundos virtuais, podemos não só trocar informações, mas verdadeiramente pensar juntos; pôr em comum nossas memórias e projetos para produzir um cérebro cooperativo." (2010, p.96).

Percebe-se, uma nova relação pedagógica com os atores sociais, estabelecendo nos espaços mediados pela rede, um diálogo fundamentado em uma educação, ao mesmo tempo, como ato político, como ato de conhecimento e como ato de criação e recriação, pois o conhecimento só se redimensiona devido à imensa coletividade dos homens, num processo de valorização do saber de todos.

As possibilidades de comunicação e de trocas significativas com o outro, por intermédio da linguagem real ou virtual, repercutem na subjetividade como um todo e intervêm na estruturação cognitiva, na medida em que constitui um espaço simbólico de interação e construção.

Uma pessoa letrada tecnologicamente tem a liberdade de usar esse poder para examinar e questionar os problemas de importância em sócio tecnologia. Algumas dessas questões poderiam ser: as ideias de progresso por meio da tecnologia, as tecnologias apropriadas, os benefícios e custos do desenvolvimento tecnológico, os modelos econômicos envolvendo tecnologia, as decisões pessoais envolvendo o

consumo de produtos tecnológicos e como as decisões tomadas pelos gerenciadores da tecnologia conformam suas aplicações.

Aos leitores desta obra, que ela traga inúmeras inspirações para a discussão e a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando propostas para a construção de conhecimentos cada vez mais significativo.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA E OS PROCESSOS DE MUDANÇA UM ESTUDO SOBRE A DESISTÊNCIA EM UM CURSO ONLINE	
Maria Glalcy Fequetia Dalcim	
DOI 10.22533/at.ed.7151917041	
CAPÍTULO 2	17
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	
Pedro Pascoal Sava	
Helena Portes Sava de Farias	
Bruno Matos de Farias	
Ana Cecilia Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.7151917042	
CAPÍTULO 3	32
A IMPORTÂNCIA DA EXPERIMENTAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA MODALIDADE EAD	
Érica de Melo Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7151917043	
CAPÍTULO 4	43
A INFLUÊNCIA DO ESTILO DE APRENDIZAGEM DO TUTOR A DISTÂNCIA NA ESCOLHA DOS RECURSOS DIDÁTICOS	
Cristiana Mariana da S. S. do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7151917044	
CAPÍTULO 5	58
A LINGUAGEM NA ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PARA EAD	
Ana Cristina Muniz Percilio	
Priscila Vieira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7151917045	
CAPÍTULO 6	73
ANÁLISE DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE UMA DISCIPLINA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD ICHS-UFF: O PROCESSO DE RETROFIT	
Julio Candido de Meirelles Junior	
Camyla D'Elyz do Amaral Meirelles	
Alessandra dos Santos Simão	
DOI 10.22533/at.ed.7151917046	
CAPÍTULO 7	80
AVALIAÇÃO NA EAD UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA: PRÁTICAS E REGULAÇÃO NORMATIVA	
Célia Maria David	
Sebastião Donizeti da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7151917047	

CAPÍTULO 8	92
DESAFIOS PARA ORIENTADORES E ORIENTANDOS NA REALIZAÇÃO DO TCC NA EAD	
Keite Silva de Melo	
Gilda Helena Bernardino de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7151917048	
CAPÍTULO 9	107
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E INOVAÇÃO: VICISSITUDES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	
Paulo Jorge de Oliveira Carvalho	
Charles Abrantes Coura	
DOI 10.22533/at.ed.7151917049	
CAPÍTULO 10	114
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	
Paulo Jorge de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.71519170410	
CAPÍTULO 11	123
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:; UMA REALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL	
Edson Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71519170411	
CAPÍTULO 12	136
ESTRATÉGIAS DE ESTUDOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA À DISTÂNCIA:; UM ESTUDO PILOTO QUANTO ÀS PREFERÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DOS ACADÊMICOS.	
Sidney Gilberto Gonçalves	
Ketylen Jesus Dos Santos	
Lucas Diego Da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.71519170412	
CAPÍTULO 13	144
FERRAMENTAS MEDIADORAS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA MODALIDADE EAD: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS	
Maria Gorett Freire Vitiello	
Eliza Adriana Sheuer Nantes	
DOI 10.22533/at.ed.71519170413	
CAPÍTULO 14	160
IDENTIDADE DOCENTE NA EAD: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES-TUTORES	
Elaine dos Reis Soeira	
Rosana Loiola Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.71519170414	
CAPÍTULO 15	172
IDENTIDADE, AUTONOMIA E COMPROMETIMENTO DO ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA	
Eliamar Godoi	
Guacira Quirino Miranda	
Roberval Montes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71519170415	

CAPÍTULO 16 183

IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS NA MODALIDADE EAD: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO MÉDIO

Luiz Antonio Marques Filho
Iêda Lenzi Durão
Leonardo da Silva Sant'Anna

DOI 10.22533/at.ed.71519170416

CAPÍTULO 17 199

INICIAÇÃO CIENTÍFICA A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISADORES NA ÁREA DE LETRAS

Eliza Adriana Sheuer Nantes
Antonio Lemes Guerra Junior
Ednéia de Cássia Santos Pinho
Juliana Fogaça Sanches Simm
Maria Gorett Freire Vitiello

DOI 10.22533/at.ed.71519170417

CAPÍTULO 18 204

O LETRAMENTO DIGITAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POTENCIALIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Daniela de Oliveira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.71519170418

CAPÍTULO 19 217

O TRABALHO DO TUTOR NA EAD FUNÇÃO, ATRIBUIÇÕES E RELAÇÕES ENTRE O PROFESSOR E O ALUNO

Sandra Regina dos Reis
Okçana Battini

DOI 10.22533/at.ed.71519170419

CAPÍTULO 20 228

O USO DO FÓRUM COMO LABORATORIO DE FALA PARA A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maira Rejane Oliveira Pereira
Ana Luzia Santos Pereira Pires
Andressa Bacellar Veras
Eliza Flora Muniz Araújo
Ilka Marcia R. de Souza Serra

DOI 10.22533/at.ed.71519170420

CAPÍTULO 21 236

O USO DO WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE PESQUISA NA EAD

Anabela Aparecida Silva Barbosa
Rafael Nink de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.71519170421

CAPÍTULO 22 247

OS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Miguel Alfredo Orth
Claudia Escalante Medeiros
Igor Radtke Bederode

DOI 10.22533/at.ed.71519170422

CAPÍTULO 23 262

PERSPECTIVAS E DIFICULDADES DOS ALUNOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEMIPRESENCIAL PARA UTILIZAREM DO SUPORTE DOS TUTORES

Bárbara Oliveira de Moraes
Adalberto Oliveira Brito
Fernanda de Araújo de Calmon Melo
Maria Alice Augusta Coelho Coimbra
José Ferreira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.71519170423

CAPÍTULO 24 278

PLANEJAMENTO, AÇÃO DE GESTÃO E STRATÉGIAS INOVADORAS OFERECIDAS PELA COORDENAÇÃO DE TUTORIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS EAD, UAB, ICB, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Gláucia Maria Cavasin
Cristiane Lopes Simão Lemos
Júlia Cavasin Oliveira
Jenyffer Soares Estival Murça

DOI 10.22533/at.ed.71519170424

CAPÍTULO 25 284

REALIDADE AUMENTADA PARA A EAD: QUAL O PAPEL DO PROFESSOR NO SEU DESENVOLVIMENTO?

Daiana Garibaldi da Rocha
Adriana Ferreira Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.71519170425

CAPÍTULO 26 289

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL: ENTRE A EDUCAÇÃO PRESENCIAL E VIRTUAL

Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho
Altina Abadia da Silva
Hugo Maciel de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.71519170426

CAPÍTULO 27 296

TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SEUS CONTRIBUTOS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neilane de Souza Viana

DOI 10.22533/at.ed.71519170427

CAPÍTULO 28 309

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE USABILIDADE E O COMPORTAMENTO DO USUÁRIO NAS REDES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO PARALELA NO CONTEXTO EDUCACIONAL; [TEXTO ORIGINALMENTE APRESENTADO NO CIET:ENPED (NÓBREGA ET AL., 2018C)]

Thaynan Escarião da Nóbrega
José Klidenberg de Oliveira Júnior
Andresa Costa Pereira
Marco Antônio Dias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.71519170428

CAPÍTULO 29 322

AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DA NOÇÃO DE CAMPO SOCIAL E O ESTUDO DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Renato Ribeiro Daltro
Afrânio Mendes Catani

DOI 10.22533/at.ed.71519170429

CAPÍTULO 30 331

SESSÕES DE TELETANDEM À LUZ DE UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA

Rodrigo Schaefer
Paulo Roberto Sehnem

DOI 10.22533/at.ed.71519170430

CAPÍTULO 31 340

TECNODOCÊNCIA NA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS: INTERDISCIPLINARIDADE E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Luciana de Lima
Robson Carlos Loureiro
Gabriela Teles
Thayana Brunna Queiroz Lima Sena
Deyse Mara Romualdo Soares

DOI 10.22533/at.ed.71519170431

CAPÍTULO 32 350

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E INCLUSÃO ESCOLAR: O USO DO SOFTWARE GRID 2 NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A ESTUDANTE COM AUTISMO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Flávia Ramos Cândido
Amaralina Miranda de Souza

DOI 10.22533/at.ed.71519170432

CAPÍTULO 33 367

ROBÓTICA DE BAIXO CUSTO COMO OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Luciano Frontino de Medeiros
Scheila Leal Dantas

DOI 10.22533/at.ed.71519170433

CAPÍTULO 34	378
A UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO HAND TALK PARA SURDOS, COMO FERRAMENTA DE MELHORA DA ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO	
Marcelo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.71519170434	
CAPÍTULO 35	392
O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO A PARTIR DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA MEDIADA PELO ORALISMO PURO	
Andressa dos Santos Ribeiro	
Cleres Carvalho do Nascimento Silva	
Hávila Sâmua Oliveira Santos	
Maria Claudia Lima Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.71519170435	
CAPÍTULO 36	403
A TECNOLOGIA COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS SOBRE A MORFOLOGIA DOS FRUTOS	
Adriana Marcia dos Santos	
Eliane Cerdas Labarce	
DOI 10.22533/at.ed.71519170436	
CAPÍTULO 37	418
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: ANÁLISE DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Emanuelle Macêdo Viana	
Maria de Fátima Camarotti	
DOI 10.22533/at.ed.71519170437	
CAPÍTULO 38	435
A SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA INTERNET	
Karla Cristina Vicentini de Araújo	
Nayara Fernanda Vicentini	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Ana Claudia Bortolozzi Maia	
DOI 10.22533/at.ed.71519170438	
SOBRE A ORGANIZADORA	444

TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SEUS CONTRIBUTOS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neilane de Souza Viana

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri – UFVJM

e-mail: neilane.viana@ufvjm.edu.br

Públicas. Educação a Distância.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDICs e seus contributos na gestão de políticas públicas de educação a distância, tendo como base uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Ciências Humanas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha Mucuri.

Para atingir tal objetivo tem-se a seguinte indagação: Quais contributos existentes das tecnologias para as políticas públicas de educação a distância? Na tentativa de responder a essa questão, requer fazer um perpasso pelo cenário social, pois historicamente diversas transformações ocorrem no contexto social. Trata-se de transformações no aspecto social, econômico e cultural que podem influenciar de forma significativa os modos de viver de uma sociedade. Em razão disso, entende-se que toda transformação na esfera educacional não pode ser desvinculada das mudanças ocorridas no contexto histórico-social.

Toda essa conjuntura tem refletido na gestão de políticas públicas, pois as demandas sociais implicam mudanças de paradigmas na gestão pública. Nesse sentido, é importante

RESUMO: Este artigo discute o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação e seus contributos na gestão de políticas públicas de educação a distância, tendo como base uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Ciências Humanas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha Mucuri. Para tal, apresenta-se uma abordagem acerca do cenário social, gestão de políticas públicas de educação a distância, sendo realizada uma breve apresentação da Universidade Aberta do Brasil – UAB e suas diretrizes, pois a política pública educacional tem viabilizado acesso interiorizado ao ensino superior. A metodologia utilizada constitui-se de modalidade exploratória, de natureza bibliográfica; abordagem qualitativa com vistas ao objetivo proposto. Com base nos estudos realizados nessa pesquisa, concluiu-se que a partir de mudanças nos paradigmas da gestão pública, houve incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDICs nas políticas públicas educacionais contribuindo para viabilizar a democratização do acesso à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias. Políticas

considerar os aspectos do ciberespaço e da cibercultura, processos que se baseiam nas novas formas de pensar e de viver em sociedade. Evidencia-se ainda, a importância da implantação de diversos programas de inclusão digital que viabilizam a democratização da educação por meio do uso de TIDCs. Para além desses tipos de programas aqui destacamos o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB que vem possibilitando formação nos níveis técnico, superior e de formação continuada de forma interiorizada na modalidade a distância.

Assim, a metodologia utilizada para esta pesquisa constitui-se de modalidade exploratória, de natureza bibliográfica; abordagem qualitativa com vistas ao objetivo proposto.

1.1 Cenário Social e as Tecnologias

Antes de discutir as tecnologias e seus contributos para as políticas públicas é necessário abordar o cenário social, buscando identificar a direção da dimensão tecnológica no campo social. Nesse contexto, a sociedade tem recebido algumas denominações que caracterizam esse cenário, como por exemplo, sociedade em rede.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (CASTELLS, 2005 p.20)

As terminologias “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” também são associadas a essa nova forma de organização social. Em concordância com Castells (2005, p.17), embora informação e conhecimento, historicamente, sejam elementos centrais no meio social, “o que é novo é o facto de serem de base microelectrónica, por meio de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes”.

Nesse sentido, a sociedade em rede coloca em evidência as características do ciberespaço. Os indivíduos que compõem essa sociedade em rede passam a transformar suas práticas de comportamento, atitudes e valores, os quais Levy (1999) chama de “cibercultura”. Segundo esse autor, compreende o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 1999, p.17).

A partir dessas mudanças comportamentais dos indivíduos da referida sociedade, Castells (2005) nos convida a questionar se as tecnologias é que determinam a sociedade. No entanto, entende-se que a sociedade também direciona a forma de uso das tecnologias conforme seus interesses, necessidades e valores atribuídos. O que pode ser considerado nesse aspecto é que a sociedade demanda de novos meios que possibilitem a dinâmica que a constitui e a criação destes meios transforma a sociedade, constituindo um ciclo histórico e social. Pode-se afirmar que a influência

exercida pela rede relaciona-se às facilidades de descentralização de atividades e flexibilidades informacionais proporcionadas pelo uso das tecnologias digitais.

A “rede” identificada na sociedade por Castells (2005) é definida por Levy (1999, p.17) como sendo o “ciberespaço”, o qual se constitui como um “novo meio de comunicação que surge da interconexão de computadores”. Assim, essa rede é que estrutura as transformações nas formas de interação, encurtando as distâncias entre as pessoas. Nesse sentido, a “interconexão de computadores” potencializa a interação virtualizada, tornando-se um ambiente de trocas de conhecimento e gerando o que Levy (2012) define como “inteligência coletiva”. Na visão desse autor, as inteligências individuais se somam e são compartilhadas pelas pessoas por meio de tecnologias como a internet, em que há partilha da memória, percepção e imaginação, o que resulta em aprendizagem coletiva a partir da inteligência coletiva.

O uso de tecnologias, sobretudo da internet, na sociedade está além das funcionalidades adotadas pelas instituições formais tais como os bancos informatizados que possibilitam a seus clientes os serviços viabilizados por caixas eletrônicos e internet. Nessa mesma dimensão, encontra-se disponível um vasto “mundo” informatizado, dotado de possibilidades de ampla interação; acesso à informação, bem como a existência de um comércio eletrônico em que as pessoas podem fazer compras e realizar outros serviços por meio de um computador conectado à internet.

Nesse sentido, é válido ressaltar que essas possibilidades viabilizadas por meio do acesso à rede virtual não estão restritas ao uso do computador, pois diversos dispositivos eletrônicos dispõem das mesmas funcionalidades. Os aparelhos de telefones celulares, por exemplo, já estão dotados de funcionalidades cada vez mais avançadas, uma vez que por meio de softwares (programas) capazes de fazer conexões com a internet é possível gozar da rápida comunicação; entretenimento por meio de jogos digitais online, bem como realizar diversas outras atividades.

Por uma demanda de mercado, os aparelhos eletrônicos adquirem diferentes nomenclaturas como uma forma de classificá-los conforme as funcionalidades existentes em cada um deles. Denominam-se então, por exemplo, smartphone, iphone, ipod, que permitem novas formas de uso, apresentando avanços do teclado digital alfanumérico para teclados de comandos sensíveis ao toque (touchscreen), bem como possibilidades de acesso à internet sem fio (wifi, ou wireless).

Na sociedade organizada em rede em que a difusão da informação e do conhecimento acontece de forma imediata pelas possibilidades tecnológicas, não se pode deixar de verificar a contribuições das redes sociais para esse contexto. Marteleto (2001) realiza uma breve abordagem fazendo delineações numa perspectiva das Ciências Sociais. Na visão da autora, rede social representa “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p.72). Essa representação pode ser considerada uma derivação das ideias de existência de “sistema de modos, elos”; “estruturas sem fronteiras” e “comunidades não geográficas”. Embora a rede social não seja algo

recente a partir do campo das Ciências Sociais, o seu uso como forma de organização social por meio das relações estabelecidas na internet é algo que surge a partir do ano 2000.

Nesse sentido, as possibilidades de interação oferecidas pela rede virtual retratam os elos, as estruturas sem fronteiras e o aspecto não geográfico, pois a conectividade pode ser estabelecida de qualquer lugar onde o indivíduo estiver conectado à internet.

Embora o contexto social apresente uma sociedade em rede, dotado de amplo acesso massificado às TDICs, considera-se que esse “mundo” virtualizado não faz parte do cotidiano da totalidade da sociedade, que incluem comunidades indígenas, quilombolas e outros da zona rural. Assim, verifica-se se há caminhos para a inclusão digital conforme abordagem no tópico a seguir.

1.2 Contributos das Tecnologias para as Políticas Públicas

Em consulta a documentos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)¹ disponíveis no site² do Ministério das Comunicações (MC), a partir do ano 2000 o poder público iniciou o desenvolvimento de algumas políticas públicas em que um dos principais objetivos é o estabelecimento de “um novo paradigma cultural de inclusão digital, focado no cidadão/cliente, com a redução de custos unitários, a melhoria na gestão e qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos”. (MC, 2000, p. 05)

Com o estabelecimento desse novo paradigma, deu-se início ao “governo eletrônico”, que trata da adoção de uma governança que faz a incorporação das tecnologias na administração pública para a execução de serviços públicos.

Na concepção de Braga et. al. (2008) a partir de definições das Nações Unidas, governo eletrônico é denominado e-gov bem como e-government, que inclui virtualmente todas as aplicações e plataformas de TDICs no setor público. Nesse sentido, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE define o uso da internet como ferramenta para levar a um governo mais transparente, socialmente participativo e mais eficiente.

Dessa forma, as propostas do poder público brasileiro de governança eletrônica priorizam o uso das tecnologias com a finalidade de democratizar o acesso à informação, possibilitar a participação popular na construção de políticas públicas, bem como aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Com base nas informações elencadas pelo MC, as políticas desenvolvidas no segmento do governo eletrônico possuem as seguintes diretrizes: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado e integração com parceiros e fornecedores. A partir dessas diretrizes, as políticas públicas desenvolvidas são

1 Trata-se de um grupo composto por órgãos da Administração Pública Federal com a função de analisar e apresentar planos de ação com vistas à reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Disponível em <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>> Acesso em 23 de novembro de 2014.

2<<http://www.governoeletronico.gov.br/search?SearchableText=governo+eletronico&Submit=Ir>> Acesso em 15 de junho de 2014.

estruturadas com base em algumas linhas de ação iniciadas pelo Poder Executivo Federal:

As principais linhas de ação do Poder Executivo Federal em tecnologia da informação e comunicação estão estruturadas caminhando em direção a um governo eletrônico, promovendo a universalização do acesso aos serviços, a transparência das suas ações, a integração de redes e o alto desempenho dos seus sistemas.

A universalização dos serviços tem como diretriz estimular o acesso à Internet seja individual, público, ou ainda coletivo e comunitário. A meta é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparência das suas ações, e incrementando a participação cidadã.

A implantação de uma infraestrutura avançada, necessária como suporte a este processo, exigirá a integração de redes, o estabelecimento de normas de segurança e privacidade, e a garantia do alto desempenho do sistema como um todo. (MC, 2000 p. 03)

O desdobramento dessas linhas de ações se constitui na forma de programas que viabilizam a execução de políticas públicas nesse segmento que inclui acesso à informação, participação cidadã e inclusão digital. Diversos programas foram implantados no país para que o “mundo virtual tecnológico” não ficasse restrito apenas à esfera individual e privada, mas tomasse a dimensão pública, possibilitando democratização e inclusão.

Destacam-se os principais programas: **Computadores para Inclusão** – esse programa é gerenciado pelos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), com oferecimento de oficinas e cursos de formação a jovens de baixa renda e vulnerabilidade social; **Inclusão Digital da Juventude Rural** – que promove a capacitação de jovens oriundos da zona rural de todo país por meio de cursos para o uso de TDICs; **Projeto Cidadão Conectado por meio do programa Computador para Todos** – instituído pelo Decreto nº 5.542 de 20 de setembro de 2005, o programa promove a inclusão digital mediante aquisição em condições facilitadas de computadores dotados de programas e assistência técnica necessária ao funcionamento. Além disso, inclui a disponibilização da política de linha de crédito facilitada para tais aquisições; **Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)** – esse programa oferece conexão à internet por meio de satélites a telecentros, unidades de saúde, aldeias indígenas, a quilombos e postos de fronteira.

Além dos programas, existem ações na forma de colaboração entre governos da esfera federal, estadual e municipal para implantação de telecentros, que são os espaços de acesso gratuito ao público, com computadores conectados à internet, disponíveis para uso.

No âmbito educacional, há o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que promove a conexão das escolas públicas urbanas à internet. Esse programa foi criado a partir do Decreto Nº 6.424 de 04 de abril de 2008, que regulamenta e amplia metas para a universalização do serviço do telefone fixo comutado prestado no regime

público.

Diante da governança eletrônica, verifica-se também o desenvolvimento de políticas que incluem as tecnologias em segmentos diferentes do contexto da EAD. Na sociedade em rede, o poder público inclui a dimensão tecnológica não somente no seu âmbito externo, mas também interno.

No relacionamento entre governo e sociedade, as redes sociais estão presentes na forma de links nos próprios sites da Administração Pública, seja da esfera federal, estadual ou municipal. Esses links dão acesso a páginas do poder público para interação com cidadão, divulgação de notícias, dentre outros. Da mesma maneira, sistemas de gestão de informações são criados para armazenamento de dados e acesso a informações por meio da internet.

Nesse contexto, é necessário voltar a Castells (2005), que aborda a transformação tecnológica proporcionada à sociedade, que na visão do autor, há uma expansão exponencial da capacidade de criação de interfaces entre os campos tecnológicos mediante a linguagem digital e que influencia na forma de pensar e agir. Isso se verifica também na dimensão da gestão pública.

Representantes dos governos, por meio de processos de tomada de decisão, produzem decisões e ações que resultam na construção do Estado Virtual. Funcionários públicos de carreira redesenham estruturas, processos, práticas, normas, padrões de comunicação e outros elementos do conhecimento, na gestão dos governos. (FOUNTAIN, apud CASTELLS, 2005 p. 151)

Dentro dessa conjuntura de governança eletrônica, verifica-se que a dimensão tecnológica não é direcionada apenas para as políticas públicas educacionais, mas configura um elemento utilizado pelos indivíduos em outros segmentos da sociedade em rede: no segmento social, ao possibilitar a ampla interação como forma de entretenimento, bem como ao utilizar serviços prestados pelo Estado pelo meio virtual; no segmento econômico, ao possibilitar comodidade de efetuar negócios e outros serviços de transações do campo financeiro e comercial.

Conforme foi considerado anteriormente, o acesso ao “mundo” informatizado não ocorre de forma igualitária pela totalidade da sociedade. No entanto, é possível verificar a existência de políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas por meio de alguns programas para viabilizar esse acesso.

Um aspecto importante que contribuiu para esse segmento de incorporação das tecnologias na gestão pública é a reforma administrativa do Estado no Brasil iniciada em 1995, que trouxe importantes mudanças na dimensão pública a partir da década de 90, sobretudo, após a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDARE. Este plano elencou diretrizes para a mudança da administração burocrática³ para a administração gerencial.

A administração gerencial é norteada pela lógica de mercado como reguladora

3 . Segundo Pereira (1998), administração burocrática é o tipo de administração baseada nos princípios de um serviço público profissional, e de um sistema administrativo impessoal, formal, legal e racional, para combate ao nepotismo e à corrupção.

de ações. A finalidade desse tipo de administração pauta-se na redução de custos e na busca de eficiência nas atividades do Estado. Segundo Pereira (1998, p.17), “A reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público profissionais condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas”.

Além disso, Pereira (1998) elenca as principais características apresentadas a partir da reforma da administração gerencial, quais sejam: descentralização, delegação de responsabilidade da esfera federal para as esferas estaduais e municipais; busca pela eficiência; bem como o foco para obtenção de resultados.

Verifica-se, então, um reflexo nas políticas educacionais já decorrente da administração pública gerencial em que o papel de “cidadão” passa a ter configuração de “usuário de serviços” e a descentralização passa a ser elemento-chave para as atividades que incorporam as tecnologias na execução de políticas públicas.

1.3 Políticas Públicas para a EAD

A partir da Administração Gerencial, segundo Andrioli (2002, p.57), é possível identificar alguns princípios norteadores para o segmento da gestão educacional:

- Formação mais profissionalizante;
- Privatização do ensino;
- Aumento de matrículas, mais alunos atendidos pelo mesmo professor;
- Produtividade e eficiência, típicas de instituições privadas;
- Modismo da qualidade total;
- Parcerias com a sociedade civil;
- Expansão da modalidade a distância

Considera-se que predominam-se características da lógica gerencial, por meio de um modelo educacional com vistas ao atendimento massificado quanto ao acesso ao ensino superior. Considera-se importante aspecto a ser evidenciado o aumento do acesso ao ensino superior viabilizado a partir de estratégias de incorporação de tecnologias nas políticas públicas para EAD, sobretudo na formação de docentes da educação básica.

Com isso, diversos cursos são realizados por meio da utilização de plataformas ou ambientes virtuais de aprendizagem (AVA's). No campo educacional, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) viabilizou diversos cursos de aperfeiçoamento e de especialização a professores da educação básica. O principal objetivo do referido programa é promover o uso da informática na rede pública da educação básica. Além desse, os programas Mídias na Educação, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, também realizam cursos por meio de plataformas virtuais para capacitação de professores da rede pública de ensino. Esses programas são executados por meio de

articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Em se tratando dos Pactos pela alfabetização e pelo fortalecimento do ensino médio, compromissos são assumidos pelos governos com o objetivo de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental e que haja elevação do padrão de qualidade do ensino médio.

Esses cursos de capacitação oferecidos aos professores da rede pública de ensino são realizados nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) conveniadas para execução dos programas em articulação com os estados e municípios. A partir do ano 2000, essas estratégias começaram a ser planejadas a fim de estabelecer interligações entre as políticas públicas educacionais do ensino superior com as da educação básica.

[...] buscando conferir maior organicidade às políticas de ES, bem como entre estas e a educação básica, foi elaborado o PNE 2001-2010, que apresentava como principais objetivos: i) a elevação global do nível de escolaridade da população; ii) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; iii) a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e iv) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos Oficiais [...] (MEC, 2012, p.16)

Para atingir os objetivos elencados no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o funcionamento dos programas é realizado de forma descentralizada. As IPES realizam adesão ao programa e gerenciam sua execução disponibilizando estrutura, selecionando profissionais (docentes e tutores) para desempenhar as atividades inerentes à capacitação. Os municípios realizam o cadastro dos professores da rede pública de ensino para capacitação, a qual acontece de forma semipresencial; ou seja, com momentos presenciais e a distância por meio de AVA's.

Dentre esses programas, o Mídias na Educação apresenta um diferencial, que é a possibilidade de o professor realizar especialização, pois as etapas do curso se divide em nível básico, intermediário e avançado. Os níveis básico e intermediário são módulos de extensão e o nível avançado oferece formação de pós-graduação lato sensu.

Diante desse cenário em que as políticas públicas para EAD se direcionam prioritariamente a professores da rede pública de ensino, chega-se ao momento de retratar o desenvolvimento dessas políticas em sistema mais abrangente, conforme o tópico seguinte.

1.4 A Universidade Aberta do Brasil

Um programa de grande relevância para democratização da educação em nível superior possui dimensão “aberta” da universidade, sendo intitulado Universidade Aberta do Brasil (UAB) e que utiliza diversas tecnologias para viabilizar aprendizagem. Segundo o entendimento de Preti (2009, p.122-123) “‘Aberta’ está aqui muito mais no sentido de que é a Universidade que sai de seu campus e vai ao lugar em que o aluno

estiver. É a Universidade que se ‘abre’, saindo de seus muros”.

Preti (2009) defende ainda que as raízes para a implantação da UAB foram iniciadas a partir da criação dos consórcios interinstitucionais BRASILEAD em 1996 e, sobretudo, a UNIREDE em 2000. Esses consórcios foram formados por IPES na tentativa de estabelecerem parcerias para oferta de cursos na modalidade a distância.

Após essa instituição de consórcios, em 21 de setembro de 2004 foi criado o Fórum das Estatais, cujo objetivo era o desenvolvimento de ações para fortalecimento das políticas públicas educacionais instituídas pelo governo federal, por meio do MEC e pelas empresas estatais brasileiras, tais como o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal.

Dessa forma, as atividades desse fórum passaram a estimular as parcerias interinstitucionais contribuindo para o desenvolvimento do projeto Sistema Universidade Aberta do Brasil. Essa denominação sistema foi instituída na Lei nº 5.800 de junho de 2006 conforme Anexo II, devido ao princípio norteador de “sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade” (PRETI, 2009 p.121). A partir do projeto, o sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e empresas estatais. Esse sistema trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância – SEED⁴ e a Diretoria de Educação a Distância – DED, vinculada a CAPES, com vistas à expansão da educação.

Conforme disposto na Lei nº 5.800 de 08 de junho de 2006 no Art. 1^o o principal objetivo desse sistema “é o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. Para atingir esse objetivo proposto, o parágrafo único dessa mesma lei aponta as principais diretrizes:

- I. oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II. oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV. ampliar o acesso à educação superior pública;
- V. reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI. estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

4 A SEED foi extinta em 2011, ano em que foi criada a Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância, pertencente a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/204f.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2014.

VII. fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

A articulação entre entes governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, propiciada pelo sistema, possibilita iniciativas de parcerias para disseminação de cursos mediados pelas tecnologias. Dessa forma, as IPES, os governos estaduais e municipais realizam acordos de cooperação técnica para execução do sistema com objetivo de atender às demandas locais de educação superior.

Na prática, esses acordos estabelecem as IPES como responsáveis pela realização dos cursos nos municípios por meio dos polos de apoio presencial. Conforme estabelecido na referida lei, os polos de apoio presencial são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos pelas IPES. Dessa forma, os polos podem receber cursos de diferentes IPES, formando uma espécie de centro de formação nos municípios, conforme síntese ilustrativa abaixo:



Figura 01: Funcionamento da UAB

Fonte: www.uab.capes.gov.br

Nesta dinâmica, o funcionamento do polo depende do gerenciamento das IPES com a colaboração de um mantenedor (estado ou município), o qual oferta infraestrutura. Na esfera federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibiliza dotação orçamentária para custeio de bolsas de docentes e tutores do sistema e materiais didáticos.

Para avaliar a dimensão da expansão da EAD na UAB verifica-se, a partir de informações disponíveis no site⁵ da UAB, a existência de 674 polos de apoio presencial no Brasil, com a oferta de cursos de extensão, de licenciaturas, bacharelados e especialização. Os cursos ofertados pertencem a diversas áreas do conhecimento: ciências humanas, ciências exatas e tecnológicas, ciências biológicas e da saúde.

Por meio do desenvolvimento desse sistema é que se permite fomentar a modalidade de educação a distância nas IPES, bem como apoiar pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior com utilização das TDICs.

Nessa mesma lógica da UAB, destaca-se a formação profissional e tecnológica desenvolvida nas IPES e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, por meio do sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC). Esse sistema foi criado em 2007 visando oferecer educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, cujo objetivo é ampliar e democratizar o acesso gratuito a cursos técnicos de nível médio. O funcionamento do E-TEC também se dá em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios que as IPES ministram os cursos.

Conforme exposição anterior referente às políticas públicas para EAD e do sistema UAB, verifica-se o direcionamento para expansão e ampliação do acesso ao ensino superior, bem como a priorização da formação docente da rede pública de ensino. Nesse sentido, é necessário verificar de que forma a EAD funciona na UAB enquanto política pública. Em razão disso, o seguimento desse trabalho se direciona a abordagens mais específicas da pesquisa, que envolvem as interfaces das TDICs na UAB e a apresentação dos agentes (docentes e tutores) do processo educativo.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto de discutir o uso de tecnologias e seus contributos para políticas públicas para a educação a distância, foi possível identificar as novas formas de viver em sociedade ao se adotar o uso de TDICs no cotidiano. Assim, revela-se o direcionamento para um cenário social em que a sociedade adquire um novo conceito devido algumas de suas características serem mais evidentes. O presente estudo identificou que algumas dessas características são a rapidez na veiculação de informação e a comunicação pelo uso intensivo de TDICs. Tais transformações implicam em novas formas de pensar, o que conseqüentemente influencia o contexto educacional.

Identificou-se ainda, que o Estado incorporou às políticas educacionais elementos presentes na ordem econômica da sociedade alicerçada no sistema acelerado de produção, sobretudo, a partir da Reforma Gerencial do Estado. Ou seja, a universidade passa a ser gerenciada para ser flexível, operacional e apresentar índices de produtividade para que educação responda a demandas de mercado com a oferta de profissionais.

⁵ <www.uab.capes.gov.br>

Assim, pode-se afirmar que o ensino superior, dotado de reflexos da base econômica neoliberalista, contribuiu fortemente para os rumos adotados nas políticas educacionais a distância, em que foram identificadas características de descentralização, racionalização de recursos e incorporação de TDICs para execução de sistemas da educação, como por exemplo, a UAB.

Portanto, o cenário atual em que se apresenta a sociedade em rede, não se restringe apenas à cultura marcada pelo uso intensivo de TDICs, mas também à educação por meio destes recursos. Nessa conjuntura, verificamos que diversos programas e, sobretudo, a UAB, enquanto política pública de EAD, se constitui de gestão operacional descentralizada e utiliza as TDICs como forma de contribuir para a democratização do acesso à educação.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**. Revista Espaço Acadêmico, Ano 2, nº13, Junho de 2002. Disponível em <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/6389>> Acesso em 01 de julho de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1

_____ **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República 4 e 5 de Março de 2005 | Centro Cultural de Belém.

CRUZ, Telma Maria. **Universidade Aberta do Brasil: implementações e previsões**. Brasília-DF. UNB, 2007 (Dissertação de Mestrado).

MAIA, Carmem. Guia Brasileiro de Educação a Distância. São Paulo, Esfera, 2002.

MARTELETO, Regina. Maria. **Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MEC, Ministério da Educação. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década** /Orgs. Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

MC, Ministério das Comunicações. **Proposta de Política de Governo Eletrônico Grupo de Trabalho Novas Formas Eletrônicas de Interação**. Brasília-DF, 17 de outubro de 2000. Disponível em < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29572-29588-1-PB.pdf> > Acesso em 25 de agosto de 2014.

MOURA, Ruy Manoel. **A Internet na Educação: um contributo para a aprendizagem Autodirigida**. Inovação, 1998. p.11,177-129. Disponível em <http://rmoura.tripod.com/internetedu.htm> >. Acesso em 02/08/2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34: Brasília: ENAP, 1998.

PRETI, Oreste. Educação a Distância: Ressignificando Práticas. Et al. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SCHSCHIKMANN, Rosane. Gestão Estratégica de Pessoas: Bases para a concepção do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público. In PANTOJA, Maria. Júlia.; CAMÕES, Marizaura de Souza; BERGUE, Sandro. Trescastro. (Orgs.). Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-271-5

